

Recomeça a derrubada de casas

CECÍLIA BRANDIM E
PABLO REBELLO

DA EQUIPE DO CORREIO

Uma brecha na decisão judicial que favoreceu os moradores de Vicente Pires com a suspensão das derrubadas levará os agentes do governo do Distrito Federal de volta ao trabalho. As operações de remoção de casas e outras construções irregulares nas Áreas de Proteção Permanente (APPs) serão retomadas na semana que vem. A determinação vale para as 242 casas que ficam nas colônias agrícolas Samambaia e Vila São José, vizinhas de Vicente Pires. As primeiras derrubadas, no entanto, não intimidaram novos invasores. Grileiros foram flagrados ontem de manhã tentando lotear área pública próxima a Vicente Pires, o Núcleo Rural Cana-do-Reino.

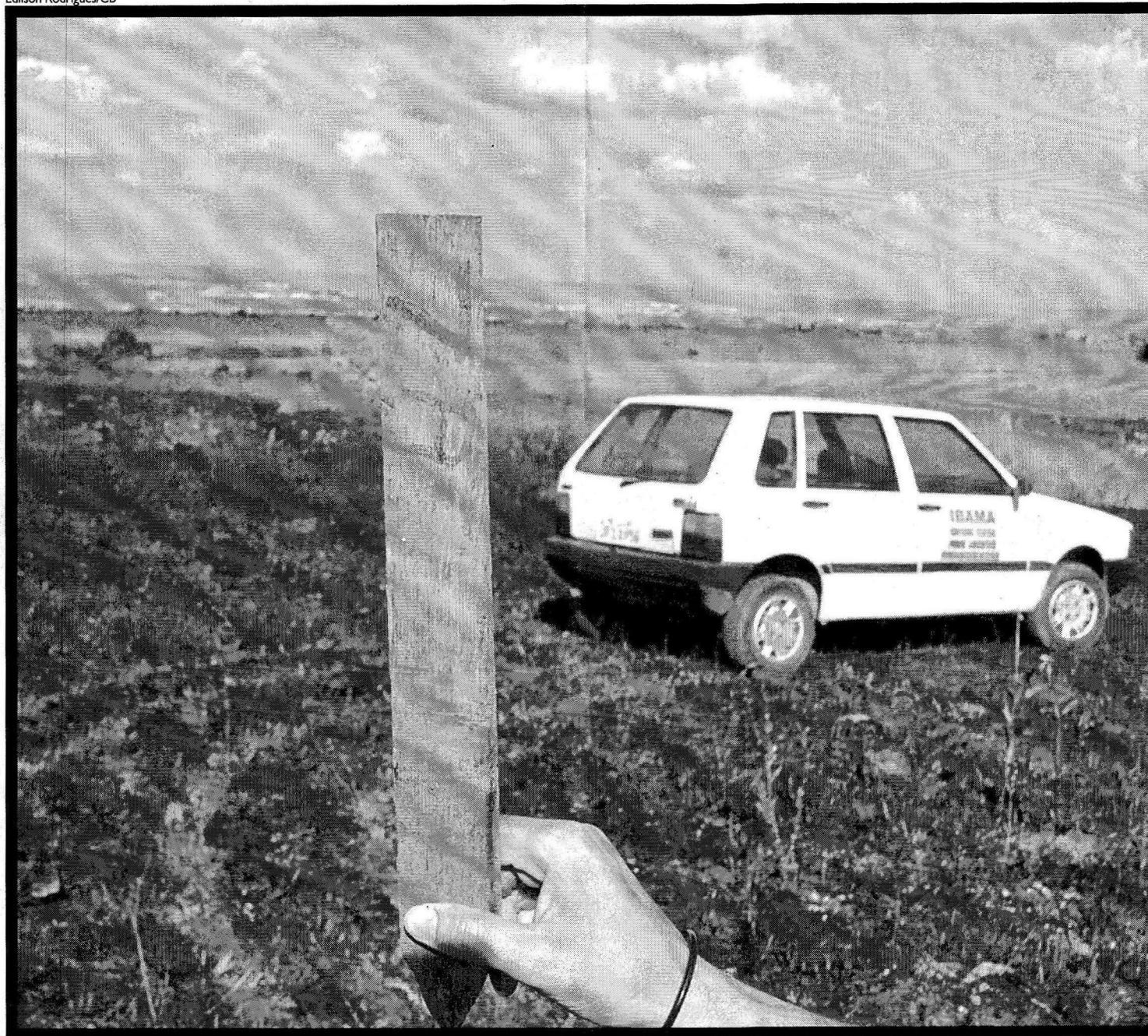
Até agora, apenas 18 casas foram derrubadas pelo governo em áreas de proteção ambiental. O plano de desobstruir os lotes ocupados indevidamente pelos moradores foi interrompido há uma semana por liminar concedida a favor da Associação Comunitária de Vicente Pires (Arvips). Mas, ao analisar o teor da decisão, os procuradores do Governo do Distrito Federal (GDF) concluíram que apenas a área da antiga colônia agrícola Vicente Pires está protegida. São 49 casas e outros 2.390 metros quadrados de muros, alambrados e outras edificações irregulares.

Compromisso

O juiz Hamilton de Sá Dantas, da 21ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal, acatou argumento dos moradores contrários às ações. As demolições estão previstas em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público Federal, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e órgãos do governo local. O documento condiciona as derrubadas à construção de redes de abastecimento e de esgoto na região. O GDF decidiu seguir com as demolições nas áreas que estão fora da Arvips para não descumprir o TAC.

O prazo imposto pelo termo para encerrar as desobstruções acaba em 22 de agosto. "Vamos

Edilson Rodrigues/CB



FISCAIS DO IBAMA DESCOBRIRAM ONTEM INÍCIO DE PARCELAMENTO NO NÚCLEO RURAL CANA-DO-REINO, QUE FICA PRÓXIMO A VICENTE PIRES

respeitar apenas os casos de quem era associado à entidade até o dia que saiu a liminar (26 de julho). Sabemos que os moradores de Samambaia e de São José estão fora", diz o secretário de Articulação de Assuntos Urbanísticos e Ambientais, José Gomes Pinheiro Neto. Além das casas, 24.708 metros quadrados de muros, alambrados e pequenas obras serão derrubados. O GDF ainda vai tentar ampliar o prazo para as derrubadas e o Ibama prepara-se para derrubar na Justiça a liminar que favorece os moradores.

As ocupações que estão novamente na mira do governo

concentram-se na região mais crítica do Setor Habitacional Vicente Pires. De acordo com o mapa ambiental da área, há 53 pontos sensíveis ao longo das duas colônias. São nascentes e áreas de solo alagado próximas a córregos. Os moradores foram surpreendidos pela nova interpretação do governo. "Somos ligados a outra entidade. A única saída agora é buscar na Justiça o mesmo benefício que eles (Arvips) conseguiram", acredita Maria Elizabeth Alves Medeiros, 58 anos, presidente da Organização Social Vila São José. Na área vivem 10 mil pessoas de média e baixa renda.

Afronta

O advogado da Arvips, Dante Martins, contesta o argumento apresentado pelo GDF: "O que está sendo divulgado é uma afronta. Desafio todos os representantes do governo a promoverem qualquer ato de derrubada. Darei voz de prisão porque estarão descumprindo uma ordem judicial", ameaça. Caso as demolições não sejam retomadas, o Ministério Público Federal pode pedir a cassação da licença ambiental emitida pelo Ibama/DF que autoriza as obras de infra-estrutura na área. A medida representaria um prejuízo alto aos projetos do GDF.

A construção das redes de

água e esgoto na região de Vicente Pires é uma das etapas do Programa Brasília Sustentável, financiado, em parte, pelo Banco Mundial. O presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb), Fernando Leite, ressalta o risco à saúde dos 50 mil moradores das três antigas colônias, que consomem água contaminada retirada de poços ilegais. Ele não esconde que uma das principais preocupações do governo é com a interrupção do programa que prevê despoluição da Bacia do Rio Descoberto e o saneamento da Vila Estrutural. "Se a licença de Vicente Pires for cassada, será o caos", afirma.